

## Apresentação

Cara(o) cursista,

O tema desta unidade é: Direito Brasileiro da Criança e do Adolescente.

Nesta unidade você verá:

- a) que o Direito é mais do que um conjunto de leis;
- b) um pouco da construção histórica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil;
- c) quais são as principais normas, hoje vigentes, para a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes;
- d) outras fontes do Direito importantes no Brasil atual na área do Direito da Criança e do Adolescente.

Ao final da unidade, você será capaz de entender os marcos normativos nacionais relativos aos direitos da criança e do adolescente, demarcando as rupturas da doutrina da proteção integral com a doutrina da situação irregular.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## O que é o Direito da Criança e do Adolescente

Inicialmente, é importante falar sobre o conceito de Direito, mas definir o que é o Direito depende do ponto de vista adotado.

O Direito é uma criação humana. É fruto de relações e interações mantidas entre os homens na sua vida social, pública e privada. O Direito não é apenas um conjunto de leis escritas, não se esgota na legislação. Ele é constituído por uma diversidade de fontes. Podemos citar como fontes do direito as leis, a jurisprudência, o costume, a doutrina, a analogia, os princípios gerais de direito etc.

Nesse módulo, contudo, por questão de tempo e espaço, falaremos primordialmente sobre as normas jurídicas escritas, especialmente sobre as leis, que são a face mais visível de um determinado ramo do Direito.

Outro ponto importante: o Direito da Criança e do Adolescente constitui-se como um ramo específico do Direito que é definido pela qualidade da pessoa (criança e adolescente) que toma parte nas relações de que trata e não pela natureza da relação jurídica propriamente dita.

Assim, sem perder sua autonomia, o Direito da Criança e do Adolescente dialoga com todos os demais ramos do direito (Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional, Direito Administrativo etc.). E é muito bom que isso aconteça. O Direito da Criança e do Adolescente não pode ficar isolado, como esteve muito tempo o antigo Direito do Menor, em claro prejuízo para a população infanto-juvenil. A interação com outros ramos do direito permite estender à criança e ao adolescente os mecanismos legais e judiciais de proteção de todos os seres humanos em geral.

Por fim, para que possamos compreender com clareza o atual estágio em que se encontra o Direito da Criança e do Adolescente, não podemos deixar de fazer uma breve recordação histórica.

## Etapas históricas da construção do Direito da Criança e do Adolescente

Alguns autores falam sobre quatro grandes períodos do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil:

**1º Período (1500-1889) chamado de caritativo-religioso:** Representado pelos valores ocidentais e cristãos (católicos) da piedade e da caridade, com significativa característica assistencialista. Durante este período foi promulgada a primeira Constituição do Império (1824), cujo texto sequer citou crianças e adolescentes. Em 1830, é promulgado o primeiro Código Penal do Império, que fixou a imputabilidade penal plena aos 14 anos de idade, estabelecendo um critério biopsicológico para a punição de crianças entre sete e quatorze anos. Com a idade entre sete e quatorze anos, os menores que tivessem cometido o crime com discernimento sobre o ato criminoso (avaliação subjetiva da maturidade pessoal) poderiam ser considerados relativamente imputáveis, podendo ser encaminhados às Casas de Correção, pelo tempo que o Juiz entendesse conveniente.

**2º período (1889-1964) chamado filantrópico-científico-higienista:** Marcado pela instalação da República e caracterizado pela racionalidade científica e pela disciplina; neste momento, a caridade e a piedade cristãs não são mais suficientes. Surge a necessidade de investir na educação das crianças e adolescentes, com foco na capacitação profissional a fim de garantir-lhes subsistência e evitar-lhes a delinquência, além da necessidade de torná-las produtoras e reprodutoras da dinâmica do desenvolvimento material e social imposta pela vida moderna. Em 1927, é promulgado o Código Mello Mattos de Menores, que defendia a internação com viés educacional e disciplinar para correção ao comportamento contrário às normas, a fim de tornar os(as) infratores pessoas de comportamento aceitável aos padrões exigidos pelo novo modelo de sociedade desenhado. O sistema de proteção e assistência desse Código de Menores submetia qualquer criança, por sua simples condição de pobreza, à ação da Justiça e da Assistência, colocando a esfera jurídica como protagonista na questão dos menores, através da ação jurídico-social dos Juízes de Menores.

**3º Período (1964-1988), definido como militar-científico:** Em grande parte, durante a ditadura militar no Brasil, o menor abandonado e/ou infrator passa a ser tratado como problema de segurança nacional, prevalecendo as medidas repressivas que visavam cercear os passos dos menores e suas condutas "anti-sociais". A responsabilidade pelas internações desses menores é centralizada na União (Governo Federal), através da FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor), e os órgãos executores estaduais eram as FEBEMs (Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor), que tinham como objetivos: conter, vigiar e reeducar. É promulgado o Código de Menores (1979), que adotou a Doutrina da Situação Irregular em face dos menores de 18 anos, mediante o caráter tutelar da legislação e a idéia de criminalização da pobreza.

**4º Período é o democrático-humanista ou da proteção integral:** Teve início em 1988 e perdura até os dias atuais. O início deste período refere-se ao processo de massiva mobilização da sociedade civil organizada na Constituinte de 1988 e a luta dos movimentos sociais pela consideração e inserção dos direitos humanos da infância e adolescência no texto constitucional. A Constituição Federal de 1988 adotou integralmente a Doutrina da Proteção Integral, expressando-a no seu artigo 227, sendo que a imputabilidade penal foi mantida em 18 anos de idade, através do art. 228. O Brasil foi o primeiro país a adequar sua legislação às normas da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, incorporando-as na sua Constituição. O grande resultado deste momento de luta pelos direitos da infância e adolescência no Brasil é representado, dois anos depois, pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

## A Constituição Federal de 1988

No Brasil, todos os direitos humanos reconhecidos internacionalmente às crianças e adolescentes foram assimilados pela Constituição Federal de 1988, como pode ser observado no seu artigo 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Este dispositivo constituiu uma síntese do conteúdo da Convenção, configurando, assim, o conjunto de direitos fundamentais a ser promovido pelo Estado, pela família e pela sociedade em três áreas básicas: o direito à sobrevivência (vida, saúde, alimentação); o direito ao desenvolvimento pessoal e social (educação, cultura, lazer e profissionalização) e, por fim, o direito à integridade física, psicológica e moral (dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária). Acrescente-se, ainda, que aqueles três entes co-responsáveis devem proteger as crianças e adolescentes de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado no Brasil pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que, a partir da Constituição Federal, consagrou a Doutrina da Proteção Integral. Seus pressupostos são baseados na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (1989).

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado no percurso de um processo de abertura política, após duas décadas de regime ditatorial e quase 60 anos de tentativas de reformulação do Código de Menores de 1927.

A partir do Estatuto não se usa mais a palavra MENOR. Pessoas menores de 18 anos são sempre crianças ou adolescentes, independentemente de sua condição jurídica.

O Estatuto da Criança e do Adolescente partiu da concepção de “sujeito de direitos”, prevendo, assim, a garantia ampla dos direitos pessoais e sociais de crianças e adolescentes. Destaque-se que a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente passa a ser dever de todos: a família, a sociedade e o Poder Público, nesse novo contexto, passam a ser co-responsáveis, assumindo papel essencial.

O ECA não se limitou a declarar direitos. Dois terços de seus artigos (livro II) definem uma série de mecanismos voltados à efetivação desses direitos. A leitura integrada desses mecanismos, vista numa perspectiva dinâmica, é o que posteriormente se convencionou chamar de SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS.

Alguns dos instrumentos e instâncias desse sistema são, por exemplo, a descentralização das políticas públicas na área da infância e da adolescência, que foram municipalizadas; a criação de Conselhos de Direitos, para formulação, deliberação e fiscalização de políticas; a criação de Conselhos Tutelares, para atendimento às crianças e aos adolescentes; e o surgimento da idéia de co-gestão entre Estado e sociedade civil.

No campo jurídico, há o surgimento do sistema de responsabilização penal do adolescente autor de ato infracional (estabelece um modelo de responsabilidade penal juvenil para adolescentes a partir dos 12 até os 18 anos de idade) e das ações civis públicas como instrumentos de exigibilidade dos direitos da criança e do adolescente.

A atuação do sistema de Justiça não tem mais o viés assistencial, passando ser responsável exclusivamente pela composição de conflitos. Foram desjudicializadas (tiradas do Judiciário) as questões relativas à falta ou carência de recursos materiais. Destaque-se, ainda, que no novo Sistema de Justiça, uma das grandes mudanças foi o deslocamento das atribuições tutelares, que pertenciam ao Poder Judiciário, para a esfera do Poder Executivo Municipal. A criança ou adolescente vítima de violação de direito não deve mais ser encaminhada ao sistema policial e judiciário, e sim à instância político-administrativa local – o Conselho Tutelar.

Ao regulamentar a Doutrina da Proteção Integral de crianças e adolescentes, o Estatuto promoveu uma ruptura com o sistema menorista anteriormente vigente, baseado na doutrina da situação irregular. Porém, a simples alteração legislativa não basta para mudar antigos hábitos consolidados sob a cultura do menorismo. A implementação do ideal presente no Estatuto da Criança e do Adolescente e a busca pela efetivação dos direitos de crianças e adolescentes nele previstos tornam-se um grande desafio.

## Doutrina da Proteção Integral X Doutrina da Situação Irregular

**Lei nº 6.697/1979 (Código de Menores):** adotou a Doutrina da Situação Irregular.

Considerava as crianças e os adolescentes como objetos de medidas judiciais, quando evidenciada a situação irregular, disciplinada no art. 2º da lei.

Código Penal do “Menor”: penas disfarçadas em medidas de proteção.

Não relacionava nenhum direito.

Não trazia nenhuma medida de apoio à família.

**Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente):** revolucionou o Direito Infanto-adolescente adotando a Doutrina da Proteção Integral. Tem seu fundamento jurídico e social na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e na Constituição Federal de 1988. Baseada nos direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes, que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral. Esse novo instrumento legal volta-se para o desenvolvimento da população infanto-adolescente do país, garantindo proteção especial àquele segmento considerado pessoal e socialmente mais sensível.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte



## Outras normas importantes

Além da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, é importante conhecer outras leis federais que tratam de assuntos relevantes para crianças e adolescentes. Abaixo citamos apenas alguns deles, entre muitos outros existentes. **Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança:** a convenção é lei interna (lembre do que foi estudado na unidade passada), ou seja, como foi ratificada pelo Brasil em 24/09/1990 e promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, ela integra o ordenamento jurídico brasileiro e suas determinações têm força jurídica vinculante, devendo ser respeitadas pelas autoridades e pela sociedade brasileiras. **Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002):** dentre diversas questões, trata do poder familiar (artigos 1.630 a 1.638), exercido pela mãe e pelo pai, ao qual ficam submetidos os filhos menores de 18 anos. Prevê, ainda, regras que obrigam os pais ao pagamento de pensão alimentícia para os filhos menores, regras para guarda de filhos, regras para regulamentação de visitas, regras sobre capacidade civil de crianças e adolescentes, entre muitas outras. **Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943):** trata da proibição do trabalho para menores de 16 anos de idade, permitindo o trabalho para aqueles maiores de 14 anos de idade na condição de aprendiz, com a devida proteção (indicando locais e horários inadequados). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996):** prevê, entre muitos outros dispositivos, o ensino fundamental obrigatório, que continua sendo o mais forte dos deveres estatais em relação à escolarização, devendo ser universalmente assegurado a todas as crianças e adolescentes. Além disso, trata da educação infantil, que foi definitivamente incorporada à educação básica, através do oferecimento de creches e pré-escola, para crianças de 0 a 6 anos de idade. **Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993):** também traz determinações que visam a proteção de crianças e adolescentes, através da efetivação dos direitos sociais, como o direito à saúde. Nesse sentido, a lei institui o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual se propõe a melhorar as condições de vida de pessoas com deficiência através da concessão de um salário mínimo mensal, devendo, assim, ser concedido a crianças e adolescentes com deficiência. Prevê, ainda, a criação de programas de amparo a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

## Outras fontes do direito

Além das leis federais, compõem também o Direito da Criança e do Adolescente uma série de normas estaduais e municipais que tratam de assuntos relacionados à população infanto juvenil. Aí também vêm integradas as Resoluções dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Outra fonte importante do direito da criança e do adolescente são os textos escritos por juristas sobre o tema. No Brasil, a produção de estudos e pesquisas nesse ramo ainda são poucas, mas vêm crescendo ano a ano. Há, contudo, bons livros e artigos que comentam as leis vigentes nessa área. Essas opiniões são muito importantes para orientar decisões quando a lei não é muito clara sobre o ponto controvertido.

Também ajuda a formar o Direito da Criança e do Adolescente a jurisprudência. Ela é definida como o conjunto de decisões dos tribunais. É o entendimento que os juízes têm sobre a aplicação de determinada regra em situações concretas.

No Brasil o Superior Tribunal de Justiça, localizado em Brasília tem, entre outras, a função de uniformizar, dentro do possível, os diversos entendimentos dos tribunais dos estados sobre determinada matéria.

É do Superior Tribunal de Justiça que vêm importantes decisões sobre a aplicação do ECA em situações concretas relacionadas a adolescentes em conflito com a lei.

Para saber algumas delas, [clique aqui](#)



## Para concluir

Cara(o) cursista,

Nesta unidade, você conheceu um pouco da construção histórica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil, com destaque para as principais normas, hoje vigentes, para a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

É importante refletir que não basta dispor formalmente de instrumentos jurídicos para a garantia desses direitos, mas, efetivamente concretizá-los, e continuar lutando para que novos direitos sejam conquistados e reconhecidos.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

## Para saber mais

Para aprofundar a pesquisa sobre o direito da criança e do adolescente há muitos textos bons disponíveis em páginas na internet.

Para conhecer um página da internet com bons artigos sobre os temas (jurídicos e não jurídicos) ligados ao Direito da Criança e do Adolescente, clique [aqui](#).

Um bom livro de comentários sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente é, entre outros:  
Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros. Procure adquirir uma edição bem atualizada, já que o Estatuto passou por mudanças recentes bastante importantes.

Para ter acesso ao texto atualizado do Estatuto, a fonte mais confiável é a página da Casa Civil da Presidência da República, que faz um trabalho permanente de atualização da lei às mudanças pontuais que vão acontecendo. Veja, clicando [aqui](#) (guarde essa versão no seu computador ou a imprima - é a versão oficial do ECA).

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte